

Relatório  
Anual de  
Informações

2018



**JUSPREV**

PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO E  
DA JUSTIÇA BRASILEIRA

# Bem-vindo(a) ao RAI 2018

A Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – JUSPREV – apresenta o Relatório Anual de Informações - Exercício 2018.

Neste material estão informações importantes sobre a JUSPREV e o plano de benefícios previdenciários da Entidade, o PLANJUS. O relatório apresenta uma análise clara e precisa da situação patrimonial da JUSPREV, a política de investimentos, números alcançados pela previdência associativa em 2018 e situação atuarial do PLANJUS.

Em 2018 a JUSPREV conquistou resultados expressivos junto com todos os participantes e Associações Instituidoras. Foi um período de crescimento e de continuidade na missão de oferecer um futuro seguro e tranquilo para os participantes e assistidos, a razão de ser da Entidade.

**Desejamos uma boa leitura!**

# Mensagem da Diretoria



**Antonia Léia  
Neves Sanches**  
Diretora-Presidente



**Jair Eduardo Santana**  
Diretor Administrativo  
Financeiro



**Marcio Humberto Gheller**  
Diretor Jurídico  
e de Benefícios

## 2018 UM ANO, INÚMERAS CONQUISTAS!

Em mais um ano a JUSPREV se destacou no Sistema de Previdência Complementar, apresentando em **2018** resultados ainda mais expressivos que nos anos anteriores, demonstrados através do crescimento do número de participantes e de instituidoras, de valores advindos de aportes e de portabilidades.

O PLANJUS, plano de benefícios previdenciários da JUSPREV, ultrapassou a marca dos **230 milhões** em patrimônio administrado. A Entidade completou **11 anos** de funcionamento, com recorde em portabilidades, somando mais de **12 milhões** ao longo do ano. O Colégio de Instituidoras da JUSPREV, formado por Associações de Carreiras Jurídicas Públicas e de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil, conta hoje com mais de **70 instituidoras**, quase **30% de crescimento** se comparado ao ano anterior. Juntas, trabalham para oferecer aposentadoria tranquila, segura e transparente para seus associados e familiares.

A JUSPREV está cada vez mais sólida, sendo reconhecida no sistema e por especialistas de renome como um Fundo de Pensão com grande potencial de crescimento, primando sempre pela gestão transparente, compartilhada com suas Instituidoras e seus Participantes.

O principal objetivo da JUSPREV é estar continuamente ao lado dos participantes e familiares, cuidando de forma especial do futuro de cada um. E, apoiada nesse crescimento, 2019 aponta com mais novidades para os participantes, com o desenvolvimento de novos canais de comunicação e aprimoramento de ferramentas de gestão, com o objetivo de aproximar a entidade de seus participantes, atendendo a todos com excelência.

Somos a maior união formal de Associações de Carreiras Públicas do Brasil, na busca de um futuro de qualidade para nossos participantes e seus familiares. Agradecemos imensamente a todos por estarem ao nosso lado na construção dessa história.

Nossa gratidão e reconhecimento aos participantes e assistidos da JUSPREV, pela confiança depositada diariamente na entidade e na sua gestão, às Associações Instituidoras, seus Presidentes e Diretores, pelo apoio, parceria e por acreditarem que a JUSPREV é a melhor opção aos seus associados.

Aos Membros que compõem os Órgãos Colegiados da JUSPREV, nosso especial agradecimento por dedicarem seu valioso tempo para estarem contribuindo particularmente para o desenvolvimento de nossa entidade, avaliando e deliberando sobre assuntos de extrema relevância, sempre em busca dos melhores resultados para os participantes.

**DIRETORIA EXECUTIVA  
JUSPREV**

# Equipe de Colaboradores

**Deborah Maggio**  
GERÊNCIA

**Solange Stelle**  
INSTITUCIONAL

**Glaucia Murça**  
RELACIONAMENTO

**Vanessa Dasko**  
COMUNICAÇÃO

**Allan Nogueira**  
INVESTIMENTOS E FINANCEIRO

**Fabiano Bonifácio**  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Leandro Kormann**  
OPERACIONAL

**Jessyca da Silva**  
INSTITUCIONAL E FINANCEIRO

**Patrícia Traldi**  
ADMINISTRATIVO

**Camila Schroeter**  
ASSESSORA DE CONSULTORIA

**Alexandre dos Santos**  
**Carolina Dutra**

**Fábio Roger**  
**Luiz Felipe Gonçalves**

**Telma dos Santos**  
**Zuleide Miranda**

CONSULTORES

**Estudio Fuentes**  
PROJETO GRÁFICO

# índice

CONQUISTAS em 2018 .....	06
Novidades e Perspectivas em 2019.....	08
<b>JUSPREV em números .....</b>	<b>09</b>
<b>Relatório sobre Investimentos .....</b>	<b>13</b>
Enquadramentos.....	16
Relatório de Gestão Anual ICATU VANGUARDA.....	19
Relatório de Gestão Anual Sulamérica Investimentos.....	22
<b>Resumo da política de Investimentos.....</b>	<b>24</b>
Apresentação da Política de Investimentos.....	26
Sobre a Entidade.....	26
Estrutura de Governança de Investimentos.....	27
Diretrizes gerais para procedimentos de investimentos .....	28
Sobre o plano .....	30
Alocação de recursos Estratégia e metodologia.....	31
Derivativos.....	33
Desenquadramentos.....	34
<b>Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>35</b>
Objetivo.....	41
Base Cadastral.....	42
Hipóteses Atuariais.....	46
Regime Financeiro e Métodos de Financiamento.....	47
Provisões Matemáticas.....	48
Resultados da Avaliação Atuarial.....	50
Programa Administrativo.....	53
Considerações finais.....	54
<b>Parecer dos Auditores Independentes Plano de Benefícios.....</b>	<b>55</b>
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis .....	56
<b>Parecer do Conselho Fiscal .....</b>	<b>59</b>
Manifestação do Conselho Deliberativo.....	61
Órgãos Estatutários.....	62
Organograma.....	63
Colégio de Instituidoras.....	64

## CONQUISTAS em 2018

*“O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”*

Mahatma Gandhi

Em 2018 a JUSPREV conquistou números expressivos, como recordes em portabilidades, em aportes e crescimento em número de Associações Instituidoras e participantes. E estes números foram possíveis devido a confiança depositada na Entidade e no trabalho, realizado dia após dia, para o alcance de grandes resultados!

### RENTABILIDADE LÍQUIDA

A JUSPREV e equipe trabalharam para buscar resultados satisfatórios para todos os seus participantes. A Rentabilidade Líquida\* do Plano de Benefícios Previdenciários da JUSPREV, o PLANJUS, teve, em 2018, um resultado acumulado de 108,84% do CDI, ou seja, entregou rentabilidade de 8,84% acima do CDI. O bom resultado foi obtido mesmo em um cenário econômico adverso, devido às incertezas do período eleitoral, que consequentemente gerou instabilidade no mercado financeiro.

\* A rentabilidade líquida é o resultado obtido após dedução das taxas dos gestores de ativos e da taxa administrativa da Entidade.

### AMPLIAÇÃO DA CONSULTORIA

No ano de 2018 a JUSPREV ampliou a equipe própria de consultores previdenciários na Região Nordeste do Brasil. O objetivo foi alcançar ainda mais membros de carreiras públicas do país nesta localidade, oferecendo o plano de benefícios previdenciários, o PLANJUS.

Com profissionais especializados no setor de previdência complementar fechada, a JUSPREV realiza consultorias personalizadas para seus participantes e futuros participantes. Esse modelo de consultoria tem como objetivo atender as necessidades e particularidades de cada um, auxiliando no planejamento de uma aposentaria segura e tranquila no futuro.

### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Formado pelos próprios membros de carreiras jurídicas públicas e de auditoria fiscal da Receita Federal do Brasil, o Comitê de Investimentos da JUSPREV realizou em 2018 encontros trimestrais para acompanhar as estratégias realizadas pelas Assets (gestoras de ativos), observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos da JUSPREV.

### NOVAS INSTITUIDORAS NA FAMÍLIA JUSPREV

Em 2018 a JUSPREV recebeu em seu Colégio de Instituidoras mais de 20 Associações de Carreiras Públicas, totalizando no seu principal órgão colegiado 72 Associações. O crescimento representa 30%, se comparado com o mesmo período de 2017.

Com as novas Associações, a JUSPREV pretende estender ainda mais a sua rede de proteção no país, chegando a mais integrantes de carreiras públicas e suas famílias.

### RECORDE EM APORTES E PORTABILIDADES

Por não ter fins lucrativos e ser uma Entidade que nasceu da força e da união de associações de carreiras públicas, a JUSPREV oferece muitas vantagens para seus participantes. Uma delas é a portabilidade de PGBLs para a JUSPREV. Com taxas reduzidas, o investimento dos participantes rende mais.

Diante deste cenário, a JUSPREV registrou mais de 14 milhões em portabilidades de entrada somente no ano de 2018. O número não representa somente um recorde, um marco expressivo, mas também mostra a confiança depositada na Entidade ao longo dos anos.

Os aportes, que são contribuições esporádicas, também apresentaram um recorde de crescimento, com mais de 7 milhões em ativos no ano de 2018.

### AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Com o objetivo de se aproximar ainda mais de seus participantes, a JUSPREV iniciou em 2018 a sua página na rede social Instagram. Criada com o nome @jusprevprevidencia, o novo canal mostra as novidades e todas as ações que acontecem no dia a dia da Entidade.

### CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE DIRIGENTES

Sempre atenta aos cenários econômicos e tendências no setor de previdência complementar, a JUSPREV tem buscado constantemente oferecer cursos e capacitações para membros de seus conselhos, comitês, diretoria executiva e representantes das associações instituidoras.

A qualificação, certificação e habilitação dos profissionais que atuam frente à Entidade são de extrema importância para que a JUSPREV se fortaleça ainda mais como previdência complementar.

Em 2018, a Entidade possibilitou a participação de seus dirigentes em cursos e congressos na área de Previdência Complementar, entre eles, a formação para o exercício da Função de Conselheiro, realizado pela Associação Brasileira das Entidade de Previdência Complementar (Abrapp).

# Novidades e Perspectivas em 2019

## CRESCIMENTO E FORTALECIMENTO

Em 2019, a JUSPREV tem como objetivo se consolidar e se destacar ainda mais entre as previdências complementares fechadas de todo o Brasil. A reforma da previdência vem sendo muito debatida e trará mudanças para toda a sociedade brasileira. Neste sentido, a JUSPREV irá buscar ainda mais a aproximação com seus participantes e os membros de carreiras públicas do país, continuando com a missão, junto de suas Associações Instituidoras, que é a de oferecer uma aposentadoria e coberturas de risco, com transparência e segurança para seus participantes e assistidos.

## CAPACITAÇÃO DE DIRIGENTES

A capacitação dos dirigentes da Entidade é uma das prioridades da JUSPREV em 2019. Durante o ano, serão ofertados e disponibilizados cursos para que os membros de conselhos, comitês, diretoria e representantes de associações instituidoras possam ser qualificados, certificados e habilitados por órgãos competentes.

## APRIMORAMENTO DE CONTROLES INTERNOS

Sempre em busca da excelência em gestão e atendimento, a JUSPREV tem aprimorado os seus sistemas de controles internos. E em 2019 este será mais um foco para a Entidade.

## NOVOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

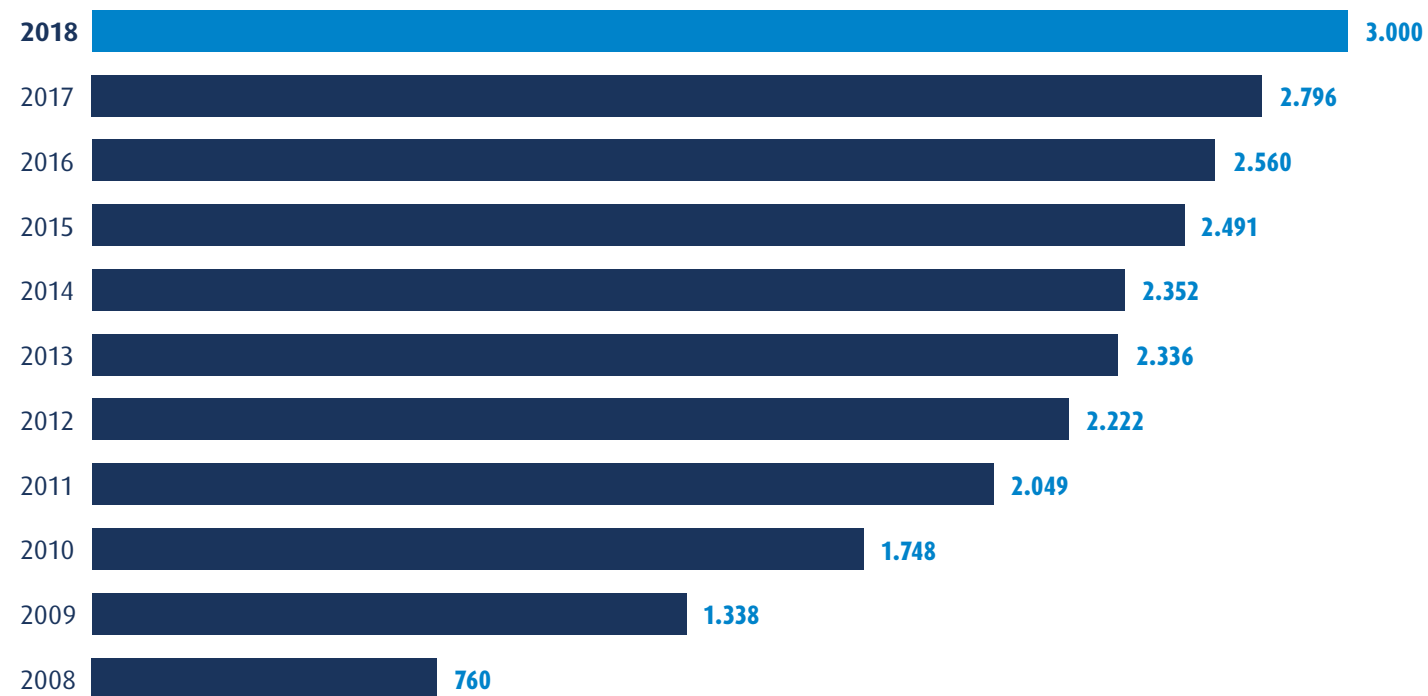
No último ano, a JUSPREV ampliou os canais de comunicação com os participantes. E em 2019, novas ferramentas farão parte da Entidade para facilitar o dia a dia dos participantes e o acesso a informações importantes sobre a previdência associativa. Entre essas ferramentas estão o novo site e o aplicativo da JUSPREV.

# JUSPREV

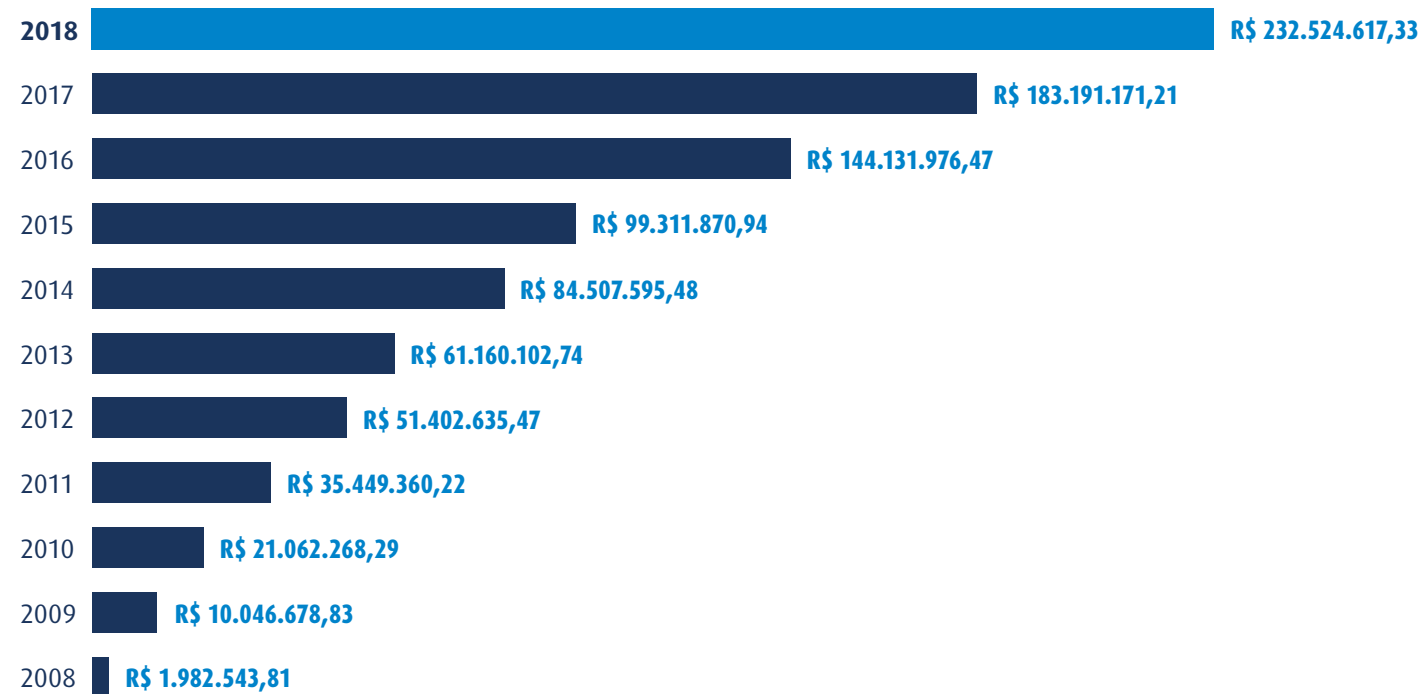
## em números



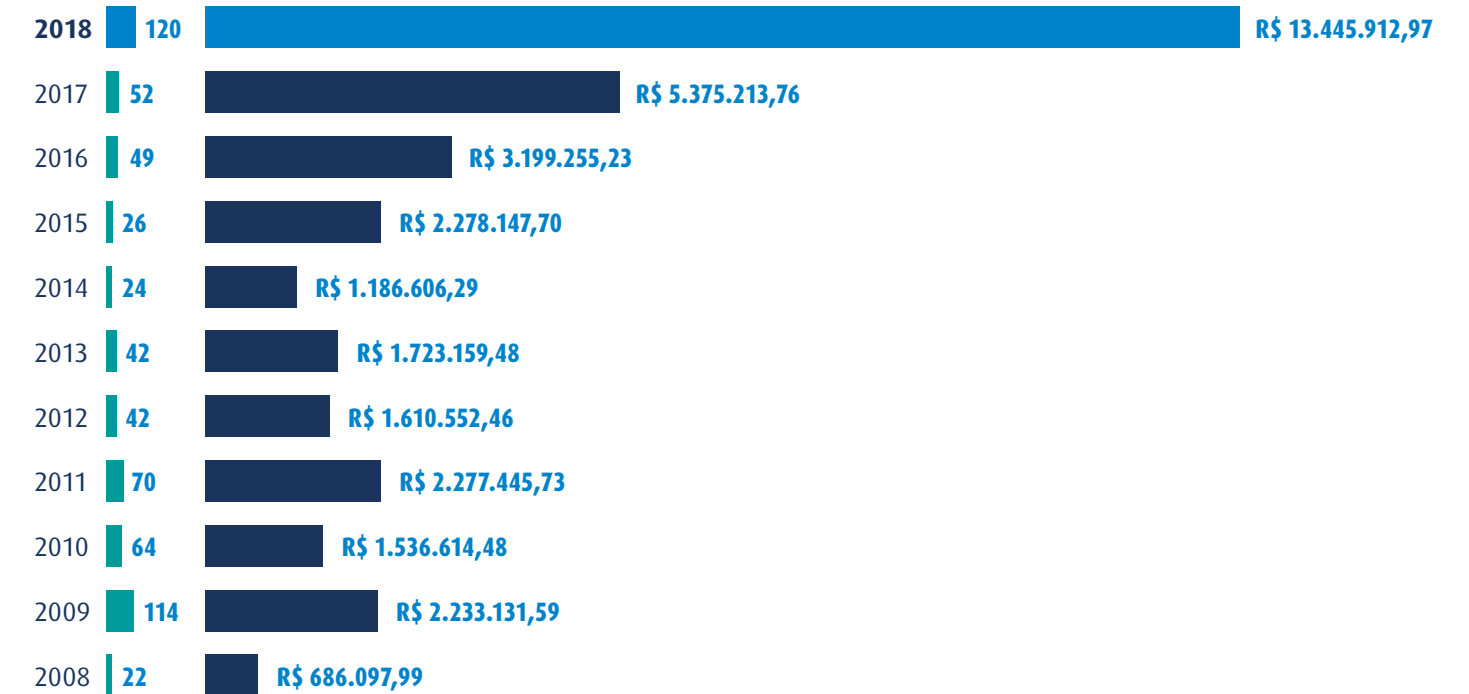
## Participantes ativos



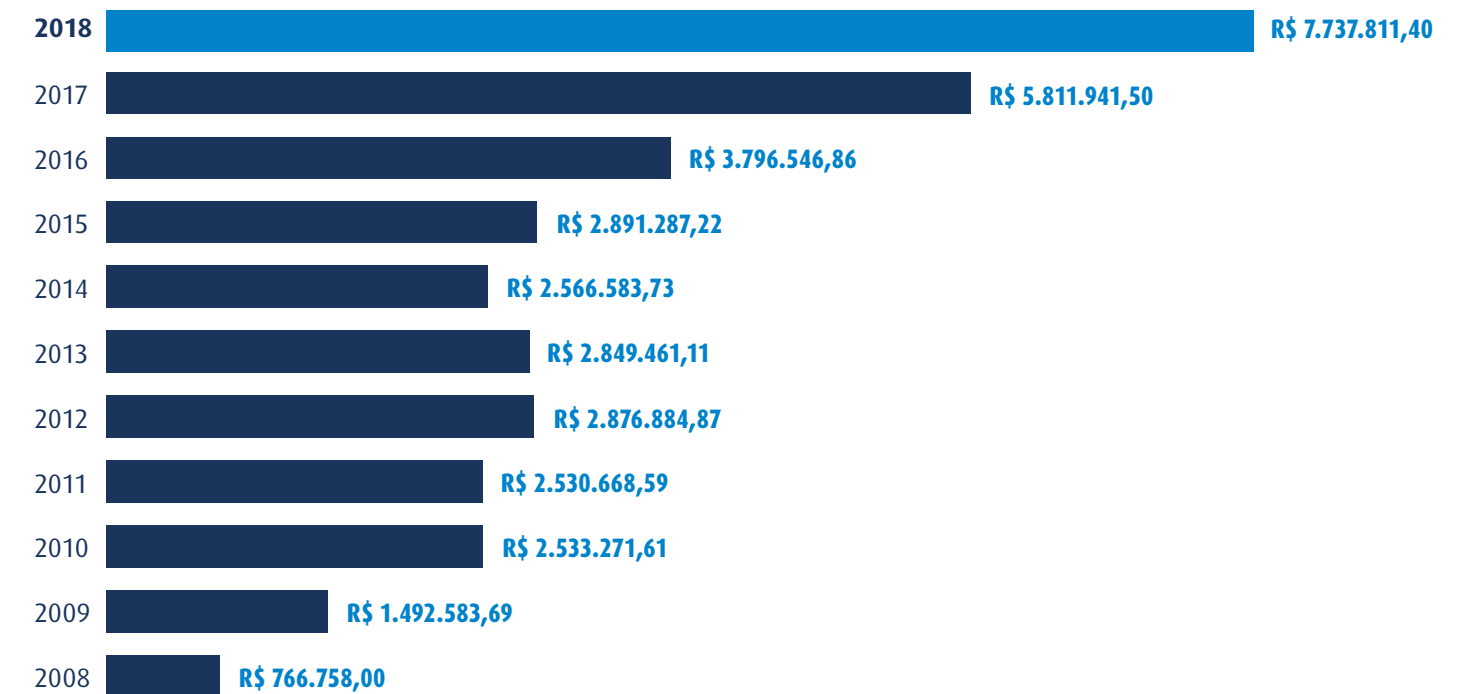
## Patrimônio



## Portabilidades de entrada

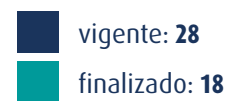


## Aportes

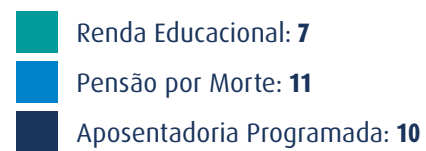


## Pagamento de benefícios

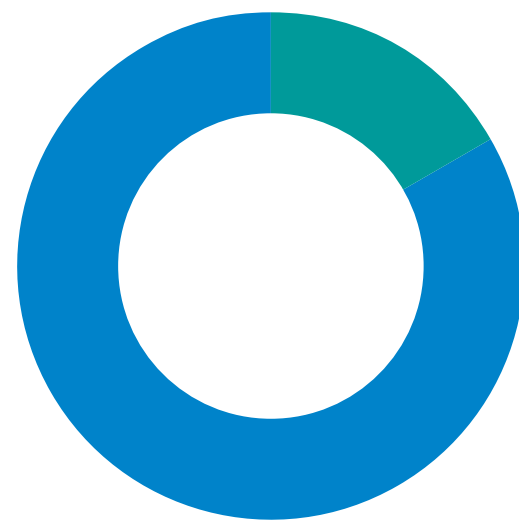
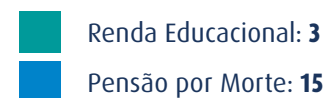
### Total de Assistidos até dezembro/2018



### Vigentes: 28



### Finalizados: 18



# Relatório sobre Investimentos

## Resumo das Informações sobre os Investimentos em 31/12/2018

Em atendimento à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15 de dezembro de 2017, os investimentos da JUSPREV no ano de 2018 obedeceram aos limites definidos pela Resolução nº3.792, do CMN, de 24 de setembro de 2009, e posteriormente adaptada à Resolução nº 4661, do CMN, de 25 de maio de 2018, abaixo discriminados



## RECURSOS GARANTIDORES (EM MIL R\$)

	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)
<b>Segmentos de Aplicação</b>	<b>192.835,04</b>	<b>100%</b>	<b>202.325,78</b>	<b>100%</b>	<b>213.900,48</b>	<b>100%</b>	<b>232.454,34</b>	<b>100%</b>
Renda Fixa	180.173,33	93,43%	188.988,20	93,41%	199.019,01	93,05%	214.321,79	92,20%
Renda Variável	752,49	0,39%	675,82	0,33%	693,75	0,32%	2.560,72	1,10%
Estruturado	11.909,23	6,18%	12.661,77	6,26%	14.031,19	6,56%	15.454,50	6,65%
Imobiliário*	0,00	0,00%	0,00	0,00%	156,54	0,07%	117,32	0,05%
Operações com participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exterior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

\* No 1º trimestre de 2018, o segmento Imobiliário era composto somente por Imóveis, conforme Res. CMN nº 3.792.

## RELATÓRIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
Portabilidades Recebidas	49	52	120
Adesões	214	250	351
Participantes Ativos	13	13	28
Ativos em 31/12/2017	2.560	2.796	3.000

## COMPARATIVO RENTABILIDADE JUSPREV

	INDICADORES				
	JUSPREV	CDI	%CDI	INPC	IPCA
<b>jan/18</b>	0,84	0,58	144,68	0,23	0,29
<b>fev/18</b>	0,51	0,46	109,90	0,18	0,32
<b>mar/18</b>	0,59	0,53	111,13	0,07	0,09
<b>abr/18</b>	0,49	0,52	94,03	0,21	0,22
<b>mai/18</b>	0,31	0,52	60,81	0,43	0,40
<b>jun/18</b>	0,65	0,52	124,76	1,13	1,26
<b>jul/18</b>	0,72	0,54	132,23	0,25	0,33
<b>ago/18</b>	0,55	0,57	96,47	0,00	-0,09
<b>set/18</b>	0,40	0,47	85,41	0,30	0,48
<b>out/18</b>	0,82	0,54	151,03	0,40	0,45
<b>nov/18</b>	0,42	0,49	85,37	-0,25	-0,21
<b>dez/18</b>	0,48	0,49	96,83	0,14	0,15
<b>Acumulado 2018</b>	<b>6,99</b>	<b>6,42</b>	<b>108,84</b>	<b>3,43</b>	<b>3,75</b>



# Enquadramentos

Resolução N° 3.792/2009  
Resolução N° 4.661/2018

## Alocação e recursos

Limites por segmentos e por veículos de investimento

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>RENDA FIXA (ART. 21)</b>	<b>92,20%</b>	<b>100%</b>	<b>95%</b>	<b>80%</b>	<b>100%</b>	<b>OK</b>
<b>Total dos recursos em (Inciso I):</b>	<b>69,59%</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>OK</b>
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	69,59%	-	-	0%	100%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0%	-	-	0%	100%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	22,12%	80%	-	0%	80%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	13%	-	-	0%	80%	OK
CDBs, RDBs e Letras Financeiras	13%	-	-	0%	80%	OK
DPGês	0%	-	-	0%	80%	OK
Poupança	0%	-	-	0%	80%	OK
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	9,12%	-	-	0%	80%	OK
LH, LCI e LCA	0%	-	-	0%	80%	OK
Debêntures	8,88%	-	-	0%	80%	OK
NCE e CCE	0%	-	-	0%	20%	OK
Notas Promissórias	0,24%	-	-	0%	80%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0%	-	-	0%	80%	OK

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Total dos recursos em (Inciso III):</b>	<b>0,42%</b>	<b>20%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>OK</b>
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0%	-	-	0%	20%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0%	-	-	0%	20%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0%	-	-	0%	20%	OK
LH, LCI e LCA	0%	-	-	0%	20%	OK
Notas Promissórias	0,24%	-	-	0%	20%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0%	-	-	0%	20%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC (Inciso III, alínea e)	0,42%	-	-	0%	20%	OK
CCBs e CCCBs (Inciso III, alínea e)	0%	-	-	0%	20%	OK
CPR, CRA, CDCA e WA (Inciso III, alínea f)	0%	-	-	0%	20%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	22,54%	80%	-	0%	80%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0%	-	-	-	-	-
Ativos transitórios RF	0%	-	-	-	-	-
Caixa e disponível	0,02%	-	-	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,11%	-	-	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,16%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (ART. 25)</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%*</b>	<b>OK</b>

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>RENDA VARIÁVEL (ART. 22)</b>	<b>1,10%</b>	<b>70%</b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>OK</b>
Ações negociadas em segmento especial (Inciso I)	0,99%	70%	-	0%	10%	OK
Ações negociadas em segmento não especial (Inciso II)	0,09%	50%	-	0%	10%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III (Inciso III)	0%	10%	-	0%	10%	OK
Ouro físico (Inciso IV)	0%	3%	-	0%	3%	OK
Opções	0,02%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>ESTRUTURADO (ART. 23)</b>	<b>6,65%</b>	<b>20%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>OK</b>
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	0%	15%	-	0%	10%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	6,65%	15%	-	0%	10%	OK
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0%	15%	-	0%	10%	OK
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0%	10%	-	0%	10%	OK
Ativos transitórios Estruturado	0%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>IMOBILIÁRIO (ART. 24)</b>	<b>0,05%</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>20%*</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em:	0,05%	20%	-	0%	20%*	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	0%	-	-	0%	10%	OK
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,05%	-	-	0%	20%	OK
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0%	-	-	0%	20%	OK
Imóveis	0%	-	-	0%	0%	OK

\* Tal limite será adotado em respeito à Res. CMN nº 4.661, sem que ele seja, necessariamente, o limite da PI que foi feita com base na Res. CMN nº 3.792.

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>EXTERIOR (ART. 26)</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em:	0,05%	-	-	0%	5%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0%	-	-	0%	5%	OK
Cotas de fundos de índice do exterior (Inciso II)	0%	-	-	0%	5%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 67% (Inciso III)	0%	-	-	0%	5%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso IV)	0%	-	-	0%	5%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I (Inciso V)	0%	-	-	0%	5%	OK
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" (Inciso V)	0%	-	-	0%	5%	OK
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso VI)	0%	-	-	0%	5%	OK
Ativos transitórios Exterior	0%	-	-	-	-	-

# Relatório de Gestão Anual

## ICATU VANGUARDA

### Cenário Econômico:

O ano de 2019 começa com um enorme desafio para a economia brasileira: crescer em um ambiente global adverso. O novo governo assume com uma agenda econômica extremamente positiva - o que já começa a surtir efeito na confiança dos agentes -, mas as inúmeras incertezas acerca do cenário global são riscos que nos acompanharão ao longo desse ano.

No mês de dezembro, vimos a continuação do movimento de aversão ao risco que se acentuou a partir de outubro. Houve grande volatilidade nos preços dos ativos globais, queda dos índices de bolsa, aumento dos spreads de crédito, queda adicional dos preços do petróleo e novas precificações nas curvas de juros com a mudança radical do cenário global de inflação que tem nos acompanhado nos últimos meses.

As causas desses movimentos envolvem uma preocupação crescente com a saúde da economia global e com a sustentabilidade do atual ciclo de crescimento econômico nos Estados Unidos. Ao longo do último ano, a zona do euro deu sinais consistentes de enfraquecimento, em um ambiente de redução de estímulos monetários pelo Banco Central Europeu. A economia chinesa se manteve em trajetória descendente, com arrefecimento significativo dos investimentos e da atividade industrial, mantendo elevado o nervosismo sobre o ritmo de desaceleração da maior economia emergente e da mais importante consumidora global de commodities. A economia americana, entretanto, passou o ano de 2018 incólume ao arrefecimento da atividade global.

Porém, o mês de dezembro trouxe alguns sinais mais contundentes de que o forte crescimento observado na economia americana não era sustentável no atual ambiente global. A forte queda nos indicadores de confiança, principalmente no setor de manufaturas, alimentou novos temores de uma desaceleração mais acentuada, ainda que o cenário de recessão esteja distante. O aperto das condições financeiras pode estar começando a mostrar seus efeitos sobre a economia.

Nesse contexto, o Fed acentuou ainda mais a turbulência ao, na reunião de dezembro, mostrar uma retórica mais dura do que o mercado esperava, dando a impressão de que estava pouco sensível à dinâmica recente dos mercados e aos riscos que estavam embutidos nos preços. No início do mês de janeiro, Jerome Powell suavizou o discurso expressivamente, dizendo que o Fed está atento à dinâmica do mercado e aos riscos que têm sido sinalizados, além de afirmar que o ritmo de redução do balanço pode ser ajustado, ou seja: a política monetária não está em piloto automático.

Diante dessa relevante mudança, o cenário para os ativos de risco no início de 2019 acalmou, pelo menos por enquanto. Porém, o cenário de desaceleração da economia global permanece mantendo os riscos elevados, que envolvem principalmente o ritmo de crescimento das economias chinesa e europeia, o contágio desse movimento para a economia americana, os próximos capítulos da guerra comercial e alguns eventos que permanecem no calendário, como as negociações em torno do Brexit.

Os ativos brasileiros sofreram pouco relativamente ao desempenho global dos ativos de risco, em função da perspectiva positiva dada pela política econômica do novo governo. A lua de mel dos mercados com o novo governo continua a todo vapor e tem se refletido em destacado desempenho dos ativos domésticos.

O discurso de Paulo Guedes na posse como Ministro da Economia reforçou a visão extremamente liberal, sugerindo que o governo irá adotar uma série de medidas de desburocratização e liberalização já nos primeiros dias do governo. A nomeação de Salim Mattar, um empresário de enorme sucesso, para essa secretaria, mostra um forte comprometimento com a agenda de privatizações, o que será bastante positivo não apenas para a arrecadação de fundos para reduzir a dívida pública, mas também para o aumento de produtividade em prazos mais longos.

Os principais pontos da agenda econômica envolvem o inevitável ajuste fiscal – com destaque para a tão necessária reforma da Previdência-, a reforma tributária e o processo de aumento da abertura comercial. A maioria desses pontos envolve emendas à Constituição e um dos principais entraves ao governo girava em torno da governabilidade de Bolsonaro. Após as eleições, não apenas o PSL ganhou importância na Câmara, mas o acordo recém costurado entre Rodrigo Maia e o PSL para que Maia permaneça na presidência da Câmara em troca do PSL na presidência da Comissão de Constituição e Justiça, mostra um maior pragmatismo do novo governo, o que é bastante positivo e melhora o cenário de governabilidade e a perspectiva de aprovação mais rápida das reformas.

A atual administração tem uma enorme vantagem que, se aproveitada corretamente, poderá potencializar os efeitos benéficos das reformas. O momento do ciclo econômico é favorável, uma vez que a economia está voltando a expandir, os consumidores e empresas estão bem mais desalavancados e os bancos estão com seus balanços prontos para expansão. Os indicadores de confiança já deram sinais de melhora, o que sugere expansão dos investimentos e do consumo à frente. É claro que não esperamos uma descontinuidade no ritmo de crescimento, mas sim uma gradual retomada da expansão. Porém, se o governo fizer o dever de casa como está sendo delineado, a economia terá espaço para crescer mais em 2020.

Além do momento cíclico favorável do ponto de vista da atividade, o cenário para a inflação atualmente é extremamente benigno, o que hoje traz conforto ao cenário de estabilidade da taxa de juros em 2019 e alimenta ainda mais o espaço para o crescimento. Nesse cenário, vemos espaço para relativo desempenho favorável dos ativos brasileiros em 2019. Entretanto, é essencial que o governo tenha urgência em cumprir a agenda econômica de forma pragmática e tempestiva, sob pena de ter sua lua de mel com os mercados encerrada antecipadamente.

## Estratégia Adotada no Período:

No início do ano de 2018, observando a possibilidade do pré-candidato do PT (Lula) sofrer sanções da justiça e por consequência reduzir a chance de um governo anti-reformas, optamos por aumentar a exposição no fundo de inflação longa. Aumentamos a exposição a inflação longa por vermos também retorno atrativo e possibilidade de fechamento de taxas. Reduzimos a posição em fundos pré-fixados por entendermos que o ciclo de queda de juros estava se encerrando, existindo uma assimetria ruim para a manutenção da posição. Ao longo de fevereiro estas posições se mantiveram, por não vermos uma significativa mudança de cenário ou precificação de ativos. Em março zeramos a posição no fundo de crédito inflação curta por vermos pouco espaço para fechamento de spreads de crédito. Em contrapartida, aumentamos a parcela de fundos multimercados, institucional e estruturado, por vermos maior eficiência e dinamismo para geração de “alpha” para o fundo, gerando uma maior otimização para a carteira. Em maio aumentamos a parcela de multimercado institucional, por entendermos que estes fundos possuem agilidade e instrumentos adequados para performar melhor no ambiente de incerteza eleitoral que se seguia. Reduzimos a exposição a ativos de crédito por vermos uma assimetria ruim para esta classe de ativos e ao final do mês optamos por aumentar a exposição em inflação longa. Em junho continuamos com o aumento da parcela de fundos multimercado, que, ao nosso ver, são instrumentos mais eficientes para lidar com um cenário mais conturbado que seguiu a greve dos caminhoneiros no final de maio. Em agosto, observávamos um cenário de bastante incerteza: O processo de normalização de juros na economia Americana continuava e o cenário externo estava bastante conturbado; desta forma, optamos por reduzir o risco de mercado e aumentar a exposição no fundo multimercado institucional. A incerteza tomava conta do cenário interno também, com a corrida presidencial e em especial pela força de candidatos contra reformas econômicas necessárias para a recuperação fiscal do país, o que corroborou com a decisão de aumentar o multimercado institucional e reduzir risco de mercado. Em novembro, aumentamos a estratégia de ações dividendos, por vermos o governo eleito formando uma equipe técnica pré-reformas e um ambiente ciclicamente positivo de crescimento. Ao longo de dezembro, aumentamos a exposição no fundo inflação curta, por já ter passado pelo período de inflação baixa que impactava negativamente o carregamento do ativo, e aumentamos a posição em inflação longa por vermos a continuidade do movimento de fechamento de taxas. Além disso, também buscamos alocar parte do risco em renda variável por vermos um ambiente internacional com juros mais baixos aliado a um governo pré-reformas econômicas e um estágio do ciclo econômico local favorável.

# Relatório de Gestão Anual

## Sulamérica Investimentos

A economia brasileira chegou ao final de 2018 sem sinais sólidos de retomada do crescimento. O endividamento elevado, dos setores público e privado, explica a lenta recuperação, apesar da economia apresentar fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. O setor privado já tem reduzido seu nível de endividamento, com destaque para as famílias, mas o setor público ainda conviverá por longo tempo com dívida crescente, não obstante as reformas adotadas, limitando sua contribuição para o PIB. Além disso, ao longo do ano, a economia foi submetida a choques adversos – greve dos caminhoneiros; piora do cenário internacional; incerteza política – que abortaram o ciclo de recuperação iniciado na segunda metade de 2017. A atividade perdeu força durante o primeiro semestre, em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança, que se atenuou na segunda metade do ano. O PIB deve crescer 1,3% em 2018, bem abaixo das projeções de 3% que predominavam no início do ano. Isso significa que o novo governo encontrará uma economia que continua patinando em um nível cerca de 10% inferior ao observado em 2014.

Os principais componentes da demanda se enfraqueceram por todo o ano. O consumo das famílias manteve baixas taxas de crescimento por conta do elevado desemprego (maior parte do ano ficou acima de 12%), renda estagnada e alto endividamento familiar, limitando o papel do crédito como estimulador dos gastos pessoais. Em outra frente, o ambiente de incerteza política, ao lado de grande ociosidade do setor produtivo e estagnação da construção civil não permitiram uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB.

Porém, nem todo saldo foi negativo. O ano de 2018 deixa também heranças positivas, que devem contribuir para um ambiente favorável à retomada do crescimento. A inflação se manteve correndo abaixo da meta inflacionária (4,5%) durante todo o ano. A ociosidade de fatores de produção, principalmente no mercado de trabalho, atenuou os choques de preços que atingiram a economia, principalmente, relacionados aos combustíveis e energia elétrica. É provável que a inflação, medida pelo IPCA, encerre o ano em 3,57%.

Esse resultado, uma continuação do processo de desinflação iniciado em 2016, logrou manter as expectativas inflacionárias bem ancoradas mesmo para horizontes mais longos, como 2021, quando a meta será reduzida para 3,75%. A inflação rodando abaixo da meta e o hiato do produto positivo permitiram ao Banco Central a redução da taxa básica de juros para patamares historicamente baixos, colocando-a em níveis semelhantes às presentes nas principais economias emergentes.

No cenário externo, a piora registrada nos últimos meses de 2018 impediu uma melhora expressiva dos ativos brasileiros, após as eleições terem confirmado a vitória de um candidato comprometido com o avanço das reformas econômicas. As condições financeiras melhoraram. O prêmio de risco país caiu, o câmbio se apreciou, os juros longos caíram e a Bovespa voltou a subir. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários como dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia ao longo dos próximos meses.

O desempenho da economia brasileira, em 2019, será marcado pela capacidade do novo governo de promover as alterações socioeconômicas exigidas pela maioria da população brasileira, que optou por mudanças em detrimento da manutenção do status político representado pelos partidos tradicionais.

Caberá ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, enfrentar o desafio de por em movimento um novo ciclo político que poderá ser instrumento de mudanças profundas, assim como, colocar a economia brasileira de volta ao crescimento sustentado, atendendo ao anseio da população.

A consolidação desse ambiente propício à retomada do crescimento poderá ganhar maior consistência caso o novo governo sinalize, já em seu começo, o compromisso de aprovar, ainda no primeiro semestre, uma convincente reforma da Previdência. Começaria criar condições para a obediência do teto dos gastos, numa sinalização inequívoca de que se estaria reduzindo, ou mesmo eliminando, o risco de insolvência do governo. Ainda que se conviva com déficits fiscais primários nos primeiros anos, haveria a percepção de que se estaria no caminho certo para tornar, novamente, as contas públicas superavitárias.

A retomada gradual do crescimento ganharia força, em meio a um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa Selic em patamares historicamente baixos de forma sustentada. A ociosidade dos fatores de produção, em especial do trabalho, contribuiria para o avanço da demanda sem maiores pressões sobre os preços. Os fundamentos do consumo devem se fortalecer ao longo do ano, dando mais consistência ao ciclo de recuperação. O mercado de trabalho mais robusto, acelerando a queda do desemprego, fortalecerá os ganhos de renda. Corolário desse quadro seria uma redução adicional nos níveis de endividamento familiar, abrindo espaço para uma maior participação do crédito na determinação do consumo.

Outro vetor a impulsionar o ciclo de recuperação corresponde aos investimentos. O novo governo deve reforçar a prevalência de um ambiente pró-negócios, dando ênfase na segurança jurídica de contratos, permitindo colocar em movimento a extensa agenda de concessões e privatizações, favorecendo os investimentos em infraestrutura, bem como, a recuperação do setor de construção civil.

No âmbito externo, a ameaça se concentra em um ambiente internacional de maior aversão ao risco, com o mundo crescendo menos em meio à intensificação da guerra comercial entre Estados Unidos e China, ao mesmo tempo em que ocorre a normalização das taxas de juros nas economias avançadas. Os emergentes terão que aceitar moedas mais depreciadas, juros mais altos e menor crescimento econômico. Neste contexto, teremos um desafiador cenário internacional mais desfavorável aos emergentes, tornando-se menos leniente com economias que apresentam elevados desequilíbrios fiscais estruturais, cuja correção exige reformas profundas.

Internamente, o maior risco encontra-se na esfera política. A frustração com as reformas e com os ajustes necessários à economia brasileira afetaria negativamente a confiança dos agentes, colocando em risco os avanços obtidos no campo dos juros e inflação recentemente.

Ambas as ameaças resultariam em elevação dos prêmios de risco país, com consequente desvalorização cambial, pressionando a inflação e a taxa de juros, resultando em frustração do crescimento da economia.

## Jusprev FIM

Em 2018 o fundo SulAmérica Jusprev FIM rendeu 10,67%, encerrando o ano com uma alocação de 92% do PL em NTN-Bs marcadas na modalidade 'à vencimento' com uma taxa média de IPCA + 6,61%.

Ao longo de 2018 observamos dois grandes eventos, no que tange o comportamento dos ativos de renda fixa. Antes da greve dos caminhoneiros em maio, o mercado precificava a possibilidade de cortes na taxa de juros e, após a greve, cogitou-se altas de juros ainda em 2018, com o intuito de conter a depreciação do Real. Nestes momentos de maior aversão à risco, o fundo se beneficiou adquirindo papéis indexados à inflação com taxas mais elevadas (IPCA+ 5,91%a.a.), dado o ambiente de incerteza local. Ao longo do ano, o fundo fez novas aquisições com taxa média de 5,04%. Após o período eleitoral, com a vitória do candidato com viés reformista à presidência, os investidores ficaram mais esperançosos com a maior probabilidade de avanços em reformas estruturais e, portanto, passaram a exigir um prêmio menor nos ativos de renda fixa.

## Jusprev Ativo

Em 2018 o fundo SulAmérica Jusprev Ativo FIM rendeu 6,30% contra 6,42% do CDI. O retorno acumulado da meta atuarial da JUSPREV (INPC + 6%) foi de 9,59%. Em 31/12/2018 o fundo estava com a seguinte alocação: 33,53% em ativos de Crédito Privado, sendo 20,94% em Financeiro (CDB e Letras Financeiras) e 12,59% em Corporativo (Debêntures), 6,78% em Títulos Públicos pós-fixados (LFT e Over), 9,93% em fundos de Crédito Privado, 14,94% em fundos de Renda Fixa, 7,20% em Fundos de Renda Fixa Índices, 17,80% em fundos Multimercado adequados à Res. 4661 e 9,83% em fundos Multimercado Estruturado. Ao longo desse período, os fundos de Renda Fixa com exposição a ativos prefixados e atrelados à inflação e os fundos Multimercado Estruturado foram os que mais contribuíram para o desempenho do fundo.

Iniciamos o ano com uma carteira posicionada de forma a refletir um cenário mais otimista, dadas as perspectivas de melhora da atividade, queda da taxa de juros e da inflação. No entanto, ao longo do ano, a economia foi submetida a choques adversos – greve dos caminhoneiros; piora do cenário internacional; incerteza política – que abortaram o ciclo de recuperação, iniciado na segunda metade de 2017. Neste sentido, reduzimos as alocações em ativos de maior risco na carteira, como Renda Fixa com exposição a ativos prefixados e atrelados à inflação.

A diminuição das incertezas políticas no final de 2018, com a eleição de um candidato à presidência comprometido com a aprovação de reformas estruturais pró-mercado, teve efeito quase imediato sobre alguns indicadores. Índices de confiança de investidores e consumidores melhoraram de forma significativa no final de 2018. Neste contexto, aumentamos a alocação em classes de ativo como Renda Fixa com exposição a ativos prefixados e atrelados à inflação, além de Multimercados.

Acreditamos que para 2019, à medida que um ambiente propício à retomada do crescimento ganhar maior consistência, através de sinalizações do novo governo com o compromisso de aprovar uma convincente reforma da Previdência, aumentaremos a alocação em fundos de Renda fixa com exposição à ativos prefixados e atrelados à inflação e fundos Multimercado, além de adicionar alocação em fundos de ações no fundo SulAmérica Jusprev Ativo FIM.

# Resumo da política de Investimentos

Exercício 2019



# Apresentação da Política de Investimentos

## A Política de Investimento 2019-2023 do Plano CD, administrado pela JUSPREV, tem como objetivos

- Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a entidade adotou o horizonte de sessenta meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

## Sobre a Entidade

A JUSPREV (FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA), Entidade sem fins lucrativos, aprovada pela Portaria nº 1.416, de 14 de agosto de 2007, da antiga SPC (Secretaria de Previdência Complementar), do Ministério da Previdência Social, atualmente PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), administra o Plano de Benefícios denominado PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS – PLANJUS.

A JUSPREV tem como missão, administrar planos de benefícios previdenciários aos seus associados, exclusivamente na modalidade de Contribuição Definida (CD) e com base na constituição de reservas individuais que garantam o benefício contratado, contribuindo para que os Participantes tenham direito a uma existência digna, segura e com qualidade de vida.

Por possuir um Plano do tipo CD, com uma população ativa ainda em fase de inscrição, a Entidade tem a possibilidade de uma maior flexibilização na definição e condução dos investimentos dos seus recursos, a qual é detalhada nesta Política de Investimento.

# Estrutura de Governança de Investimentos

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

## DESIGNAÇÃO DE AETQ

A função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) é designada a um dos membros da Diretoria Executiva, atribuindo-lhe a incumbência de principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

### Função

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO  
TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

### CPF

077.345.058-05

### Nome

Jair Eduardo Santana

### Cargo

Diretor Administrativo-Financeiro

## DESIGNAÇÃO DE ARG

Considerando o seu porte e complexidade, a JUSPREV deliberou por atribuir cumulativamente a função de administrador responsável pela gestão de riscos (ARGR) ao exercente da função de AETQ.

### Função

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL  
PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)

### CPF

077.345.058-05

### Nome

Jair Eduardo Santana

### Cargo

Diretor Administrativo-Financeiro

# Diretrizes gerais para **procedimentos de investimentos**

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e retorno das carteiras próprias e administradas será executada de acordo com a legislação e com as diretrizes estabelecidas na presente política de investimentos.

Os investimentos realizados pela EFPC, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos e as suas garantias reais ou fidejussórias, se existentes.

**A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas da alocação/mandato, considerando:**

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise de desempenho do ativo, do fundo ou do gestor, conforme o caso;
- Análise dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação;
- Análise de riscos relacionados à sustentabilidade;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

## **Novos Investimentos**

Conforme preconiza o GUIA PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, sempre que houver a necessidade de investimento em classes de ativos ou mesmo em segmentos que ainda não tenham sido explorados pela JUSPREV (e desde que permitidas nesta Política de Investimento), serão observados alguns pontos adicionais:

- Na avaliação do investimento em questão, deve-se ponderar o motivo pelo qual a classe está sendo avaliada;
- Os riscos relacionados ao investimento devem ser especialmente explorados, para que todos os envolvidos tenham ciência das características específicas desse investimento;
- A alocação inicial será reduzida, de forma a causar pouco impacto no Plano, e poderá ser aumentada à medida que o grau de conhecimento do investimento aumente.

## **Monitoramento dos Investimentos**

Os investimentos já realizados devem ser objeto de monitoramento contínuo, com o objetivo de avaliar seu desempenho. Para tanto, os seguintes itens devem ser avaliados:

- Desempenho em relação ao benchmark, considerando-se o horizonte de investimento;
- Existência de desenquadramentos;
- Grau de utilização dos limites de risco pré-estabelecidos;
- Alterações na estrutura de gestão.

É importante ressaltar que essa avaliação pode variar de mandato para mandato, em função dos diferentes horizontes de investimento que cada um dos mandatos possui.

# Sobre o plano de benefícios

A presente política de investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

## PLANO DE BENEFÍCIOS

**Nome**  
Plano de Benefícios Previdenciários Juris - PLANJUS

**Modalidade**  
Contribuição Definida (CD)

**Meta ou Índice de referência**  
INPC + 5,00% a.a.

**CNPB**  
20.070.035-38

**Administrador responsável pelo Plano de Benefícios**  
MARCIO HUMBERTO GHELLER

# Alocação de recursos Estratégia e metodologia

A Resolução CMN 4.661/2018 estabelece que os planos devem definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser efetivamente representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente. A modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos nos diversos segmentos; os limites máximos de aplicação em cada segmento e ativo; indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos; a escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

**A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos:**

Segmentos de Aplicação	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO DO OBJETIVO	LIMITES	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	94%	80%	100%
Renda Variável	70%	1%	0%	10%
Estruturado	20%	5%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	10%
Operações com participantes	15%	0%	0%	0%
Exterior	10%	0%	0%	5%



## RESTRIÇÕES

Antes de executar as operações, a EFPC verifica se a ação pretendida está de acordo com as disposições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.661/18 e não incorre em qualquer das vedações previstas na referida norma.

Cabe ressaltar que as restrições para aplicação em títulos e valores mobiliários estabelecidas nos tópicos a seguir são válidas somente para os veículos de investimento exclusivos. As aplicações em cotas de fundos abertos condominiais, realizadas diretamente ou por intermédio de carteira própria, estão sujeitas somente à legislação aplicável e aos seus regulamentos e mandatos específicos.

- Day-Trade: é vedada a realização de operações de day-trade diretamente nas carteiras e em fundos exclusivos investidos pelo Plano; só é permitida em fundos abertos, desde que atendidas as regras impostas pela legislação dos fundos de pensão;
- Em função do porte da JUSPREV, é vedada, a princípio, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e investimentos em fundos imobiliários (FIIs) e de participações (FIPs).

A JUSPREV poderá, a qualquer momento, viabilizar estudo que indique investimentos nas classes e operações vedadas e mencionadas acima, desde que tecnicamente fundamentado. Nesse sentido, caso ocorra a necessidade, em função do contexto do mercado, de investimentos nessas classes e operações, o Conselho Deliberativo da JUSPREV deverá aprovar as novas diretrizes que devem constar na Política de Investimento.

## Derivativos

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018, o controle de exposição será através do monitoramento dos níveis de margem requerida como garantia de operações e das despesas com a compra de opções.

Caso a EFPC decida aplicar em fundo de investimento que autorize a operação de derivativos em seu regulamento/política de investimento, deverá instruir o processo de seleção e análise do fundo com parecer que verse expressamente sobre os objetivos e justificativas para a escolha da utilização de derivativos.

O controle da exposição a derivativos deve ser realizado individualmente por veículo de investimento.

## AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTO

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.661/2018, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. Da mesma forma, o GUIA PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos sugere diversos controles que devem ser levados em consideração quando da análise dos investimentos.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela EFPC.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos, destacando a importância de se estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal e sistêmico. Esse tópico disciplina ainda o monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e por esta Política de Investimento.

Acesse o site [www.jusprev.org.br](http://www.jusprev.org.br) para verificar todos os riscos e a Política de Investimentos na íntegra.

# Desenquadramentos

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, pode gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até o resgate da totalidade dos recursos investidos.
- Os desenquadramentos gerados de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais.

Acesse o site [www.jusprev.org.br](http://www.jusprev.org.br) para verificar a Política de Investimentos na íntegra.

# Demonstrações Contábeis

Consolidadas em 31 de dezembro de 2018



## Balanco Patrimonial Consolidado

em R\$ mil

ATIVO	Execício Atual	Execício Anterior	PASSIVO	Execício Atual	Execício Anterior
<b>Disponível</b>	83	25	<b>Exigível Operacional</b>	1.475	867
			Gestão Previdencial	1.245	724
<b>Realizável</b>	232.733	183.778	Gestão Administrativa	230	143
Gestão Previdencial	113	112			
Gestão Administrativa	100	35	<b>Patrimônio Social</b>	231.407	183.002
Investimentos	232.519	183.631	Patrimônio de Cobertura do Plano	231.323	182.480
Fundos de Investimentos	232.519	183.631	Provisões Matemáticas	231.323	182.480
			Benefícios Concedidos	2.802	1.256
			Benefícios a Conceder	228.521	181.224
<b>Permanente</b>	66	66			
<b>Imobilizado</b>	66	66	<b>Fundos</b>	84	522
			Fundos Administrativos	84	522
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>232.882</b>	<b>183.869</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>232.882</b>	<b>183.869</b>

## Demonstração Social da Mutaçao do Patrimônio Social – DMPS (consolidado)

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Execício Atual	Execício Anterior	Variacão (%)
<b>Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>183.003</b>	<b>143.676</b>	<b>27,37%</b>
<b>Adições</b>	<b>63.602</b>	<b>51.364</b>	<b>23,82%</b>
(+) Contribuições Previdenciais	46.386	33.416	38,81%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	13.529	14.141	-4,33%
(+) Receitas Administrativas	3.663	3.750	-2,33%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Administrativa	24	57	-58,23%
<b>Destinações</b>	<b>-15.197</b>	<b>-12.038</b>	<b>26,25%</b>
(-) Benefícios	-11.073	-8.671	27,71%
(-) Despesas Administrativas	-4.124	-3.367	22,48%
<b>Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>48.405</b>	<b>39.326</b>	<b>23,08%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	48.842	38.886	25,60%
(+/-) Fundos Administrativos	-437	440	-199,31%
<b>(B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>231.407</b>	<b>183.003</b>	<b>26,45%</b>

## Demonstração da Mutaçao dos Ativos Líquidos – DMAL por Plano de Benefícios (2007003538 – PLANJUS)

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Execício Atual	Execício Anterior	Variacão (%)
<b>Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>182.480</b>	<b>143.594</b>	<b>27,08%</b>
<b>Adições</b>	<b>59.880</b>	<b>47.360</b>	<b>26,44%</b>
(+) Contribuições	46.351	33.219	39,53%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	13.529	14.141	-4,33%
<b>Destinações</b>	<b>-11.037</b>	<b>-8.473</b>	<b>30,26%</b>
(-) Benefícios	-11.073	-8.671	27,71%
(-) Custeio Administrativo	36	198	-81,72%
<b>Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>48.843</b>	<b>38.887</b>	<b>25,60%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	48.843	38.887	25,60%
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>84</b>	<b>522</b>	<b>-83,89%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	84	522	-83,89%

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Execício Atual	Execício Anterior	Variacão (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>232.652</b>	<b>183.726</b>	<b>26,63%</b>
Disponível	68	18	276,96%
Recebíveis	198	635	-68,81%
Investimentos	232.386	183.073	26,94%
Fundos de Investimento	232.386	183.073	26,94%
<b>2. Obrigações</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>	<b>71,96%</b>
Operacional	1.245	724	71,96%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>84</b>	<b>522</b>	<b>-83,89%</b>
Fundos Administrativos	84	522	-83,89%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>521</b>	<b>82</b>	<b>539,11%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.686</b>	<b>3.807</b>	<b>-3,16%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>3.686</b>	<b>3.807</b>	<b>-3,16%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	12	26	-53,20%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.407	1.273	10,49%
Receitas Diretas	2.238	2.428	-7,80%
Resultado Positivo dos Investimentos	24	57	-58,23%
Outras Receitas	5	23	-76,86%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>4.124</b>	<b>3.367</b>	<b>22,48%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>4.026</b>	<b>3.086</b>	<b>30,46%</b>
Pessoal e encargos	2.198	1.674	31,29%
Treinamentos/congressos e seminários	55	6	765,23%
Viagens e estadias	621	365	70,22%
Serviços de terceiros	423	336	26,02%
Despesas gerais	511	492	3,83%
Depreciações e amortizações	26	25	5,43%
Tributos	192	188	2,06%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>50</b>	<b>57</b>	<b>-13,26%</b>
Serviços de terceiros	50	57	-13,26%
<b>2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>48</b>	<b>224</b>	<b>-78,46%</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>-438</b>	<b>440</b>	<b>-199,54%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>-438</b>	<b>440</b>	<b>-199,54%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>84</b>	<b>521</b>	<b>-83,96%</b>

## Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	<b>232.567</b>	<b>183.204</b>	<b>26,94%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>231.323</b>	<b>182.480</b>	<b>26,77%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>2.802</b>	<b>1.256</b>	<b>123,01%</b>
Contribuição Definida	2.802	1.256	123,01%
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>228.521</b>	<b>181.224</b>	<b>26,10%</b>
Contribuição Definida	228.521	181.224	26,10%
Saldo de contas - parcela participantes	228.521	181.224	26,10%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>	<b>71,96%</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>1.245</b>	<b>724</b>	<b>71,96%</b>

# Parecer Atuarial do Plano de Benefícios

Exercício 2018

## Objetivo

A presente Avaliação Atuarial teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial em 31/12/2018 e dimensionar as Provisões Matemáticas do PLANJUS, administrado pelo FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV.

Foi avaliada complementarmente a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas e os resultados do Programa Administrativo, bem como são apresentadas as hipóteses adotadas na presente Avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2019.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida considerando suas características financeiras e demográficas, bem como, hipóteses financeiras e atuariais e também na legislação pertinente.

Sugere-se que o presente relatório seja objeto de análise e estudo por parte dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC.

# Base Cadastral

## Referência dos dados cadastrais

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas nos foram enviadas em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2018 em formato "xls" e foram objetos de análise e testes de consistências.

Apresentamos a seguir o consolidado estatístico da base cadastral dos participantes, onde são demonstradas as principais características da população em estudo.

Ainda, no Anexo III deste Relatório, são apresentadas todas as estatísticas da população, em conjunto com uma série de gráficos que buscam trazer à Diretoria da Entidade informações gerenciais sobre o plano, de modo a facilitar a administração do mesmo.

## Validação dos dados

A Base cadastral foi fornecida pela Entidade, no layout solicitado, em arquivos eletrônicos. Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2018. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis referentes ao mesmo período.

## Estatísticas

Com base nas informações encaminhadas foram realizadas análises estatísticas contemplando também um comparativo em relação aos anos de 2016 e 2017.

## Ativos

ITEM	2016	2017	2018
Nº de Participantes	2.592*	2.796**	3.023***
Idade Média (anos)	37,88	37,95	38,46
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	5,52	5,89	6,18
Contribuição Média	R\$ 570,15	R\$ 594,70	R\$ 614,02
Saldo Individual Médio	R\$ 54.957,92	R\$ 64.815,47	R\$ 75.594,08

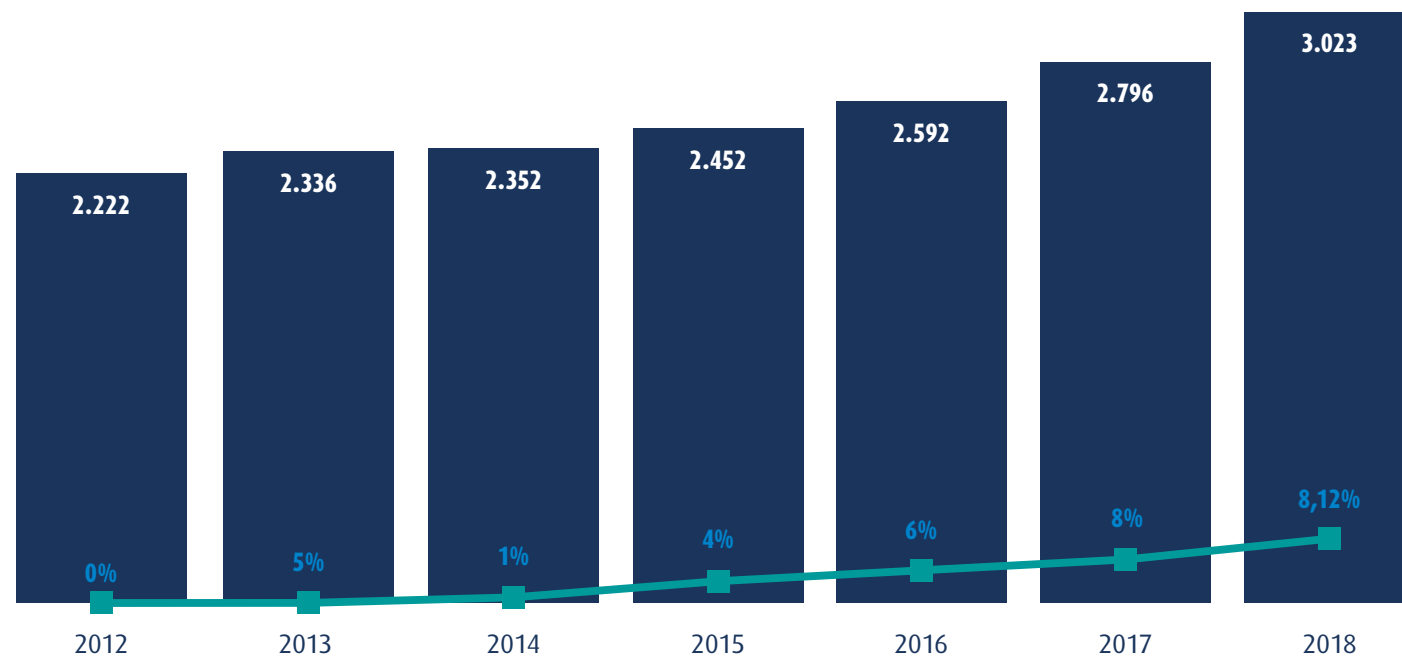
(\*) Considera os 43 participantes com inscrição cancelada.

(\*\*) Considera os 54 participantes com inscrição cancelada.

(\*\*\*) Considera os 50 participantes com inscrição cancelada.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade vem apresentando um aumento no número de participantes ao longo dos anos. Isso demonstra a efetividade nos programas de adesão de novos participantes, uma vez que se depreende que aderiram ao plano uma média 18 participantes por mês, entre 12/2016 e 12/2018, conforme melhor elucidado no gráfico a seguir:

## Evolução do número de participantes ativos



## Assistidos

ITEM	2016	2017	2018
Nº de Assistidos	10	13	17
Idade Média (anos)	40,60	44,00	45,59
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	7,47	8,60	9,36
Benefício Médio	R\$ 929,44	R\$ 1.240,95	R\$ 1.589,15
Saldo Individual Médio	R\$ 53.954,66	R\$ 53.569,53	R\$ 93.392,10

Através da análise da tabela 2 percebe-se que houve quatro concessões de benefício no ano de 2018. Do total de assistidos do Plano PLANJUS, 10 percebem benefício de aposentadoria programada e 7 percebem benefício de renda mensal educacional. Percebe-se, pela tabela 2, que a idade média dos assistidos é de aproximadamente 45 anos. Por meio da tábua BR-EMSsb-2015-f, que passará a ser utilizada como hipótese, verifica-se que a expectativa de vida aos 45 anos é de aproximadamente 44 anos, ou seja, espera-se que uma pessoa com essa idade sobreviva até 89 anos, aproximadamente.

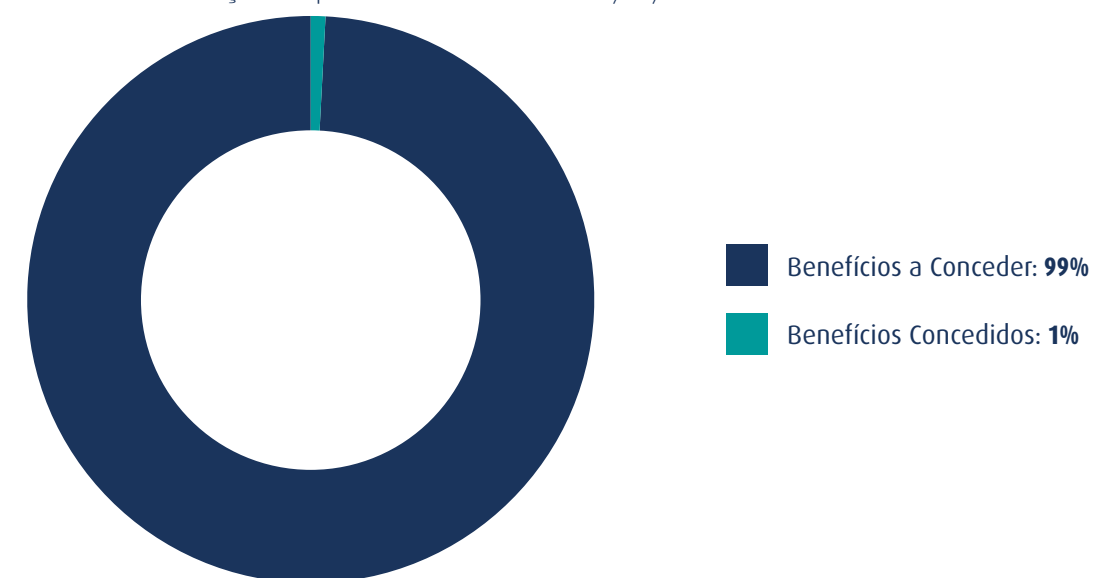
## Pensionistas

ITEM	2016	2017	2018
Nº de Pensionistas	3	3	11
Idade Média (anos)	46,67	47,67	48
Benefício Médio	R\$ 2.592,17	R\$ 2.592,17	R\$ 2.048,29
Saldo Individual Médio	R\$ 201.065,46	R\$ 186.639,30	R\$ 110.372,36

A tabela acima demonstra que o número de beneficiários em percepção do benefício de pensão por morte em 2018 teve um aumento de 266%, passando de 3 pensionistas em 2017 para 11 no encerramento do exercício de 2018.

## Plano de benefícios

Gráfico 1 - Distribuição das provisões matemáticas - 31/12/2018



O Gráfico 2 aponta que as reservas matemáticas de benefícios a conceder acumulam a grande maioria dos recursos dos participantes do plano. Assim, essas informações podem servir para embasamento da Entidade na tomada de decisão quanto aos tipos de investimentos para alocação desses recursos.

Do total das provisões matemáticas de benefícios a conceder, R\$ 1.842.026,14 correspondem a portabilidades oriundas de outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar e R\$ 40.280.010,59 correspondem à portabilidade proveniente de Entidades Abertas. Os referidos valores de portabilidade já estão rentabilizados pela variação da cota do plano.

## Hipóteses Atuariais

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras. O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário. Tais afirmações são presentes também na Resolução CNPC nº 09 de 2012 e Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014 que alteram a CGPC nº 18/2006, bem como na Resolução CNPC nº 30/2018.

Nesse viés, a Lumens Atuarial realizou um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo PLANJUS, e o apresentou através do Relatório de Hipóteses Atuariais. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da Entidade quanto às referidas hipóteses para que pudéssemos adotá-las na presente avaliação.

Sendo assim, com base na referida manifestação, seguem abaixo as hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial de 2018 que passarão a vigorar a partir de 2019, e que serão apresentadas nas Demonstrações Atuariais – DA.

### DESCRIÇÃO HIPÓTESE

- a.** Taxa de Juros 5,00% a.a.
- b.** Tábua de Mortalidade Geral BR-EMSSb – 2015 – f
- c.** Tábua de Mortalidade de Inválidos BR-EMSSb – 2015 – f

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, compondo o Fator de Conversão. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

## Regime Financeiro e Métodos de Financiamento

Adota-se para as Avaliações Atuariais do PLANJUS o regime financeiro de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira Individual, sob o qual serão constituídas as Reservas Matemáticas individualmente para os Participantes, sendo as mesmas equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Individual do Participante, acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida – CD, os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Assim, não há garantia mínima de rentabilidade nas fases de capitalização e percepção dos benefícios, sendo adotada uma taxa de juros como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência atuarial teórico como ferramenta para mensurar a rentabilidade dos recursos garantidores.

A taxa de juros, estimada como rentabilidade real, é utilizada também para fins de cálculos dos benefícios, conforme exposto no capítulo anterior.



# Provisões Matemáticas

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, esta Consultoria elaborou um quadro que contém as contas correspondentes às provisões e fundos do plano de benefícios em análise, considerando a base cadastral fornecida pela Entidade, o qual consta do ANEXO II do presente documento.

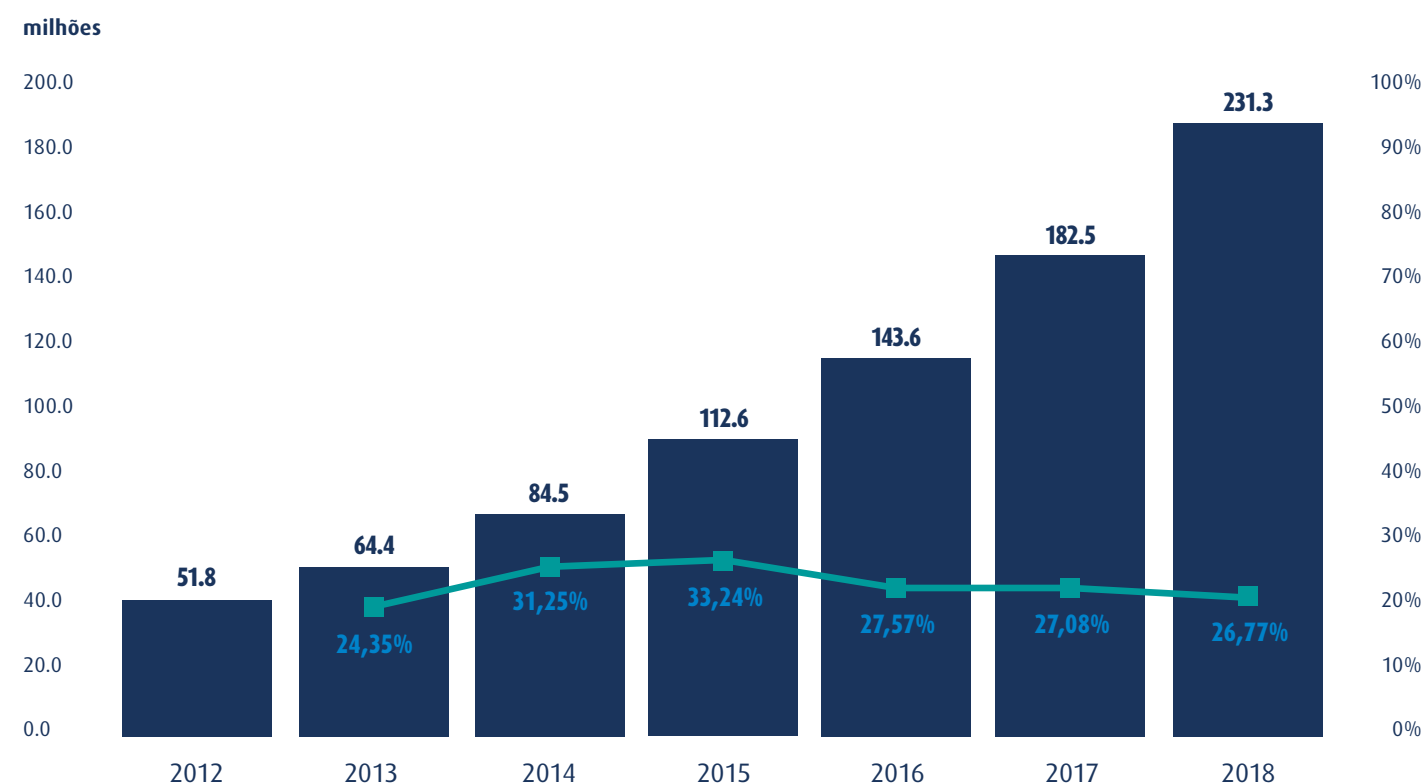
Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios PLANJUS em 31/12/2016 e 31/12/2017, para fins de comparação, e 31/12/2018, data base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
2.3	Patrimônio Social	R\$ 143.675.706,43	R\$ 183.002.164,74	R\$ 231.406.741,01
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 143.593.677,06	R\$ 182.480.379,45	R\$ 231.322.667,50
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 143.593.677,06	R\$ 182.480.379,45	R\$ 231.322.667,50
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 1.142.743,03	R\$ 1.256.321,84	R\$ 2.801.761,68
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 1.142.743,03	R\$ 1.256.321,84	R\$ 2.801.761,68
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 1.142.743,03	R\$ 1.256.321,84	R\$ 2.801.761,68
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 142.450.934,03	R\$ 181.224.057,61	R\$ 228.520.905,82
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 142.450.934,03	R\$ 181.224.057,61	R\$ 228.520.905,82
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	R\$ 142.450.934,03	R\$ 181.224.057,61	R\$ 228.520.905,82
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CONTA	DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 82.029,37	R\$ 521.785,29	R\$ 84.073,51
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 82.029,37	R\$ 521.785,29	R\$ 84.073,51
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

\*Considera os participantes cancelados aguardando resgate, sendo 50 participantes com saldo de contas total de R\$ 643.625,58.

## Evolução do patrimônio para cobertura do plano



Por meio do Gráfico 3 pode-se observar a evolução do Patrimônio para Cobertura do Plano PLANJUS desde o ano de 2012 até 2018. Depreende-se que está havendo um crescimento contínuo no valor nominal do patrimônio de um ano para outro, no período analisado. Não obstante, observa-se uma queda gradual das taxas de crescimento do patrimônio desde 2015.

# Resultados da Avaliação Atuarial

## Resultado Atuarial

O Plano de Benefícios PLANJUS, administrado pela JUSPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2018 resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial e refletem as bases cadastrais, e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela JUSPREV referente à data base 31/12/2018.

## Rentabilidade do plano

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda, sendo a taxa de juros adotada como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência atuarial (Benchmark) como ferramenta para mensurar e comparar sua rentabilidade.

A taxa de juros estimada como rentabilidade real é utilizada também para fins de cálculos dos benefícios, conforme formulação demonstrada em Nota Técnica Atuarial.

A Lumens Atuarial desenvolveu um estudo, apresentado à Entidade por meio do RELATÓRIO DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES ATUARIAIS - RAH 185/18, a partir do histórico das cotas do PLANJUS, sendo que no período que compreende os meses de fevereiro/2009 a setembro/2018, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 117,25%. Para o mesmo período, o Índice de referência adotado (INPC+ 5,00% a.a.) acumulou em 178,39%.

Ao analisar apenas os 12 últimos meses utilizados no estudo, observou-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 7,10% enquanto que o Índice de referência montou em 9,17%.

**A Resolução CNPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 15/2014, estabeleceu no seu anexo o que segue:**

“18. Para os planos que não se enquadrem nas características definidas no item 1.1 e utilizem taxa de juros real anual em cálculos de benefícios, a EFPC deverá adotar taxa de juros real anual dentro do intervalo estabelecido no item 4.2, considerando a duração de dez anos.”

**O item 4.2 supramencionado, dispõe que:**

“4.2 A EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano - a.a. acima da taxa de juros parâmetro.”

**A Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018, por sua vez, estabeleceu como taxa de juros parâmetro para a duração de 10 anos o percentual de 5,99% ao ano. Com base na norma, tem-se o seguinte intervalo a ser considerado:**

## DURATION – 10 ANOS

LIMITE INFERIOR	TAXA PARÂMETRO	LIMITE SUPERIOR
4,19%	5,99%	6,39%

A título de informação, no RAH 185/18 foram apresentados títulos públicos atrelados ao IPCA (NTN-B) com remuneração real acima da hipótese adotada no fator de conversão, considerando vencimentos de mais longo prazo (2035/2045/2050), sendo possível assim a manutenção da hipótese de rentabilidade atualmente utilizada pelo Plano, ressalvada as estratégias de investimento da Entidade.

Considerando que a taxa de juros (expectativa de rentabilidade) indicada, qual seja, 5,00% a.a., estava aderente a legislação vigente, bem como à expectativa de mercado, se mostrando adequada para adoção junto ao plano de benefícios da JUSPREV., o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da respectiva taxa atualmente praticada (5% a.a.).

Não obstante, sugere-se que as simulações desenvolvidas para projetar os benefícios futuros dos participantes, em função de suas contribuições, considere taxa de juros compatível com a política de investimentos definida pela entidade, sendo importante também a demonstração de diferentes cenários aos mesmos, de forma que estes tenham a ciência que seus benefícios futuros dependem, em grande parte, da rentabilidade auferida pelos recursos do plano.

Importante destacar que com advento da Resolução CNPC 15/2014, da Portaria nº 615/2014 e da Portaria PREVIC nº 375 de 17 de abril de 2017, a taxa de juros adotada deverá estar fundamentada em estudos prospectivos que considerem o fluxo futuro de receitas e benefícios previdenciários ou na taxa de juros parâmetro da duration de 10 anos.

Assim, recomenda-se à Entidade a realização em 2019 de estudos prospectivos para se avaliar, junto à Consultoria de Investimentos, eventual necessidade de adequação da taxa de juros utilizada no fator de conversão e, adicionalmente, como meta de investimentos da Política de Investimentos. Tais estudos devem ser elaborados pelos atuários responsáveis pelo plano, com suporte de dados e informações da entidade e da consultoria de investimentos.

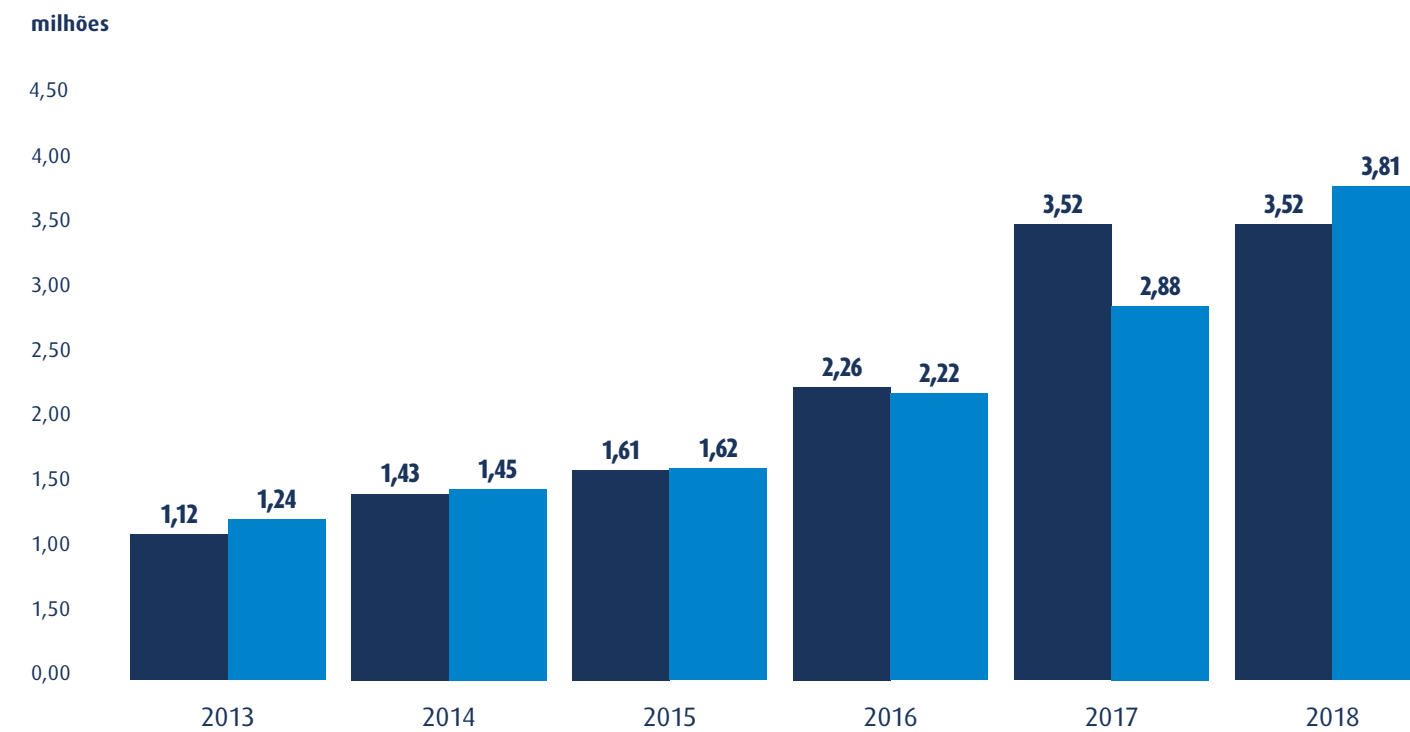
## Programa Administrativo

Em 2018, a Lumens Atuarial realizou um estudo, a pedido da Entidade, buscando verificar a possibilidade de eventual redução da Taxa de Carregamento sem prejudicar a capacidade da Entidade em arcar com seus compromissos administrativos e ainda formar um fundo que suporte eventuais oscilações nas despesas e possibilitando sua sustentabilidade financeira.

Após a elaboração de vários cenários, concluiu-se que, para sustentabilidade do programa administrativo, será necessária a manutenção da atual taxa de administração praticada pela Entidade, qual seja 0,7% a.a. com o atingimento das metas comerciais estabelecidas pela Entidade, não sendo viável a redução da mesma.

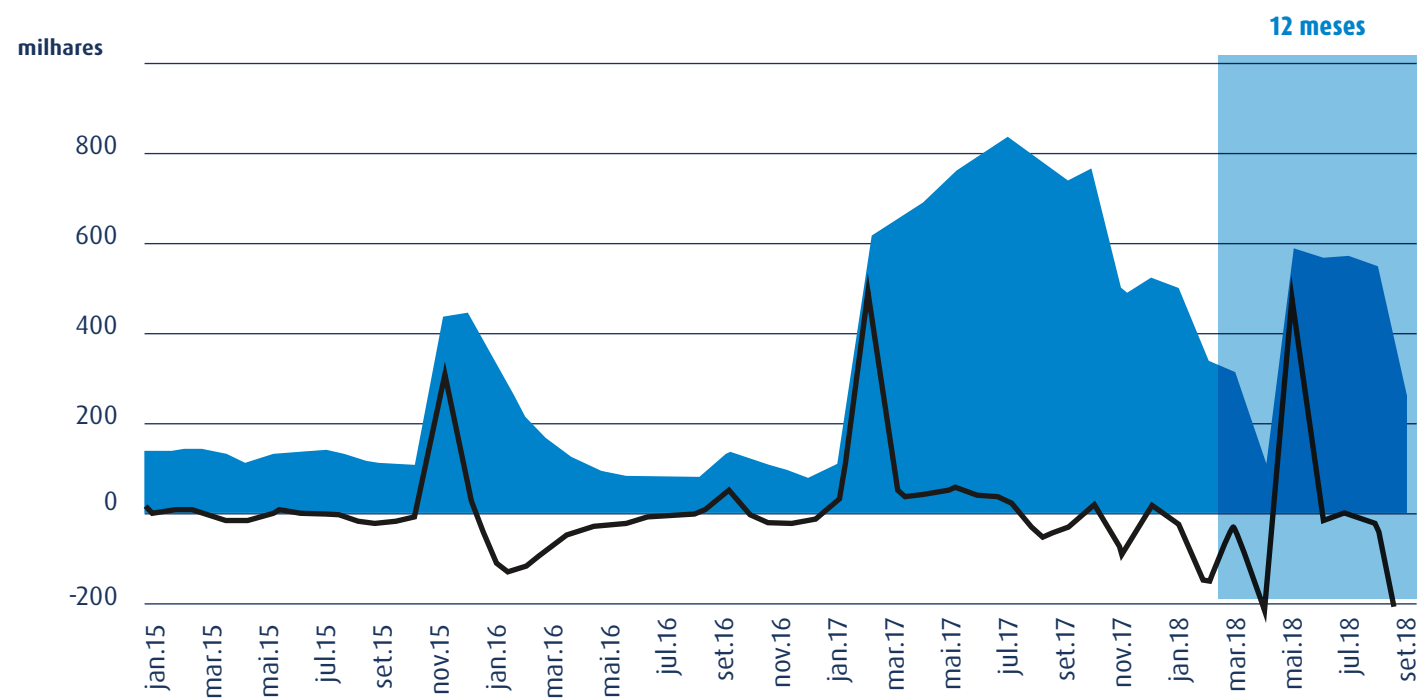
No gráfico abaixo podemos observar um comparativo ente as receitas e despesas administrativas da Entidade no período utilizado no estudo.

### RECEITAS VS. DESPESAS (TOTAL ANUAL)



No gráfico abaixo podemos observar a evolução do Fundo Administrativo da Entidade (faixa amarela), onde se observa significativa oscilação. Tal oscilação é fruto da periodicidade das fontes de recursos, em especial dos valores advindos da Sociedade Seguradora contratada para o compartilhamento dos riscos de invalidez e morte dos participantes. A linha apresentada no gráfico 5 representa o resultado do fluxo de caixa mensal.

### RESULTADO ADMINISTRATIVO E FORMAÇÃO DO FUNDO



Assim, de posse dos estudos apresentados, será mantida a atual taxa de administração aplicada ao Plano PLANJUS no exercício de 2019,

## Considerações finais

A presente Avaliação Atuarial demonstrou que o resultado financeiro-atuarial do PLANJUS em 31/12/2018 é de equilíbrio técnico e que os dados cadastrais informados pela Entidade foram considerados satisfatórios.

# Parecer dos Auditores Independentes Plano de Benefícios



# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do

**FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV**

Curitiba - PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentados para fins de comparação foram por nós auditados, com emissão do relatório datado de 09 de março de 2018, que não conteve nenhuma modificação.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 12 de março de 2019.

**Jaimir Biff**

**Contador CRC (SC) nº 017.155/0-7**

**Vox Auditores**

**Independentes S/S**

**CRC (SC) nº 008488/0-5**

**CVM nº 1195-9**

# Parecer do Conselho Fiscal



## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do ativo líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atu rio e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2018, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 14 de març o de 2019.

**JULIO CESAR ZEM CARDOZO**  
Presidente

**LUIZ FELIPE DE MIRANDA CHEIB**  
Conselheiro Efetivo

**FABIO COSTA GONZAGA**  
Conselheiro Efetivo

**MARÍLIA VIEIRA FREDERICO ABDO**  
Conselheira Suplente

**LINEU BONORA PEINADO**  
Conselheiro Suplente

**SÉRGIO AUGUSTO RIANI**  
Conselheiro Suplente

## Manifesta o do Conselho Deliberativo

### MANIFESTA O DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVA O DAS DEMONSTRA ES CONTÁBEIS

Os membros do Conselho Deliberativo do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIA ES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV, no cumprimento de suas atribui es estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do ativo líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atu rio e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2018, e, acatando o parecer do Conselho Fiscal, manifestam a opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 15 de març o de 2019.

**LUIZ ANT NIO FERREIRA DE ARAÚJO**  
Presidente

**ALCINO OLIVEIRA DE MORAES**  
Conselheiro Efetivo

**PAULO MARCO FERREIRA LIMA**  
Conselheiro Efetivo

**CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA**  
Conselheiro Suplente

**GILDENOR EUD CIO DE ARAÚJO PIRES JUNIOR**  
Conselheiro Suplente

**MARCELINO RODRIGUES**  
Conselheiro Suplente

**VIRGILIO PANAGIOTIS STAVRIDIS**  
Vice-Presidente

**ANTONIO PIMENTA GONÇALVES**  
Conselheiro Efetivo

**SANDRO LOUREIRO MARONES**  
Conselheiro Efetivo

**FLODESMIDT RIANI**  
Conselheiro Suplente

**LAERZIO CHIESORIN JUNIOR**  
Conselheiro Suplente

**VERA GRACE PARANAGUÁ CUNHA**  
Conselheira Suplente

# Órgãos Estatutários

São órgãos estatutários da JUSPREV o Colégio de Instituidoras, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Cada órgão exerce seu papel no âmbito de suas atribuições, previstas no Estatuto da entidade. Conheça cada órgão e seus respectivos integrantes:

## Colégio de Instituidoras

É formado por Associações de Classe de carreiras jurídicas e de auditoria fiscal de todo o Brasil.

## Conselho Deliberativo

É o órgão superior da estrutura organizacional, sendo o responsável pela definição das políticas gerais da administração e dos planos de benefícios administrados pela JUSPREV.

## Conselho Fiscal

É órgão de controle interno da JUSPREV, responsável pela fiscalização de sua gestão administrativa e econômico-financeira.

## Diretoria Executiva

É o órgão responsável pela administração geral, cabendo-lhe executar as políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo, elaborar normas necessárias ao seu funcionamento, controlar e fiscalizar as atividades de seus agentes e representantes.

## Comitê De Investimentos

O Comitê de Investimentos da JUSPREV tem por objetivo assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos ativos do Plano administrado pela entidade, observadas à segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos da JUSPREV.

# Organograma

## Diretoria Executiva

Diretora-Presidente: ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

Diretor Administrativo-Financeiro: JAIR EDUARDO SANTANA

Diretor Jurídico e de Benefícios: MARCIO HUMBERTO GHELLER

## Conselho Deliberativo

**Presidente:** LUIZ ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

**Vice-Presidente:** VIRGILIO PANAGIOTIS STAVRIDIS

**Conselheiros Efetivos:** ALCINO OLIVEIRA DE MORAES, ANTONIO PIMENTA GONÇALVES, PAULO MARCO FERREIRA LIMA, SANDRO LOUREIRO MARONES

**Conselheiros Suplentes:** CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA, FLODESMIDT RIANI, GILDENOR EUDÓCIO DE ARAÚJO PIRES JÚNIOR, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR, MARCELINO RODRIGUES, VERA GRACE PARANAGUÁ CUNHA

## Conselho Fiscal

**Presidente:** JULIO CESAR ZEM CARDOZO

**Conselheiros Efetivos:** FABIO COSTA GONZAGA, LUIZ FELIPE DE MIRANDA CHEIB

**Conselheiros Suplentes:** LINEU BONORA PEINADO, MARÍLIA VIEIRA FREDERICO ABDO, SÉRGIO AUGUSTO RIANI

## Conselho Fiscal

**Presidente:** FABIO BERTOLI ESMANHOTTO

**Membros:** FELIPE LOCKE CAVALCANTI, FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO, GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JUNIOR, MARCO AURELIO MONTEIRO TUOTO, MAURÍCIO TREVISAN, MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO, WILLIAN LIRA DE SOUZA



# Colégio de Instituidoras

A Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditorios Fiscais da Receita Federal do Brasil (JUSPREV) é a maior união formal de Associações de Carreiras Públicas do país. Conheça nossas instituidoras:

Quadro atualizado em março/2019





[jusprev@jusprev.org.br](mailto:jusprev@jusprev.org.br)  
0800 052 3434 | 41 3252 3400

Rua Mateus Leme, 2018 Térreo  
Centro Cívico  
80530-010 Curitiba PR